

# A ELEIÇÃO ILEGÍTIMA

SEM LULA NA LIÇA, SERÁ ESTE O DESTINO DA ELEIÇÃO DE 2018. MAS HAVERÁ PLEITO?

por MINO CARTA

O juiz Victor Laus, acostumado a aprontar seus votos em câmera lenta, sentado à sua mesa de trabalho passará as férias do Judiciário, com a inclusão das natalinas e ano-novo, para condenar Lula, provavelmente em sessão única, a 24 de janeiro próximo. A não ser que já tenha pronta a sua decisão, como se deu com o juiz Leandro Paulsen, que em seis dias úteis deu seu voto e agendou o julgamento. Será o começo do golpe dentro do golpe, a partir da realização do primeiro objetivo do golpe de 2016, tornar o ex-presidente inelegível.

Não é crível que a segunda instância deixe de confirmar a pena imposta ao ex-presidente pelo Tribunal do Santo Ofício de Curitiba, ou mesmo não a dilate. Como esclarece o advogado de Lula, Cristiano Zanin, defensor no processo criminal (*leia entrevista na página 22*), cabe recurso ao STJ, mas terá de passar pelo presidente do TRF-4, Thompson Flores, a quem compete dar parecer a respeito, e que já definiu a sentença de Curitiba “tecnicamente e historicamente irrepreensível”, a provocar o espanto de Luigi Ferrajoli, um dos mais respeitados juristas do mundo, conforme será contado mais adiante.

O PT anuncia que, em caso de condenação, recorrerá a instâncias superiores para manter a validade da candidatura de Lula às eleições de 2018. Oportuno lembrar que o ministro Luiz Fux em fevereiro assumirá a presidência do STE e julgará a legalidade das candidaturas. Conforme hábito da (in)justiça nativa, Fux antecipou em novembro a sua decisão final: quem foi denunciado e responde a processo não haveria de ser candidato e tampouco empossado em caso de vitória. E, com a devida pompa, apela à Constituição que o golpe rasgou.

Qual é o país do mundo dito civilizado onde os próprios Poderes da República se unem na ação golpista, com o apoio incondicional da mídia dita grande e de largos setores da Polícia Federal? Na Argentina apenas ensaia-se algo parecido, com a demonização do peronismo e da ex-presidente Cristina Kirchner, mas o povo argentino,

ao contrário do brasileiro, tem uma história de resistência, rebeldia e sangue na calçada. Na sua medievalidade, a terra da casa-grande e da senzala é absolutamente única.

A sintonia finíssima entre os quadrilheiros assume uma evidência assombrosa, haja vista a rapidez de pés alados, obedientes, dos juizes da segunda instância gaúcha, a desmentir de súbito toda uma tradição de insuportável lentidão, para não dizer torpor. Prestam-se, também eles, a perpetrar a enésima exceção, ao legalizar a ilegalidade, conforme a rota iniciada pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, inexoravelmente ilegal, assim como o processo contra Lula, conduzido ao sabor das chamadas delações premiadas, de verdade extorquidas por obra de uma forma inédita de tortura.

Os acusados pela Lava Jato são divididos



Leandro Paulsen, Victor Laus e Gebran Neto, os juizes velocistas



em duas detenções no Paraná. Os delatores ficam na carceragem da Polícia Federal em Curitiba. Recebem regalias, são bem tratados, têm direito a visitas. Quem ainda não aceitou colaborar é enviado ao Complexo Médico Penal, em Pinhais, nos arredores de Curitiba, a cerca de 15 quilômetros do Centro da capital, destinado a detentos com problemas mentais. Lá os presos da Lava Jato são submetidos a constantes ameaças, de prender mulher e filhos em nome de suspeitas inventadas com a fantasia dos contos de horror, ou prometer penas dantescas. E não basta qualquer delação. É necessário seguir um roteiro, escolher uma opção de alvos a serem delatados conforme um cardápio preestabelecido pela força-tarefa da operação.

O ex-ministro Antonio Palocci queria delatar a Globo, por conta de uma operação que livrou a empresa de 1 bilhão de reais em impostos. Esse ponto da delação

## O SENADOR CHAMA O POVO ÀS RUAS

POR LINDBERGH FARIAS

**E**les apagaram todos os vestígios de normalidade democrática. E se eles querem radicalizar, vamos radicalizar. Vamos despejar toda a nossa energia em fazer uma grande mobilização no dia 24 de janeiro e em montar comitês pelo País em defesa da democracia e do Lula.

Não podemos mais aceitar esse jogo. O PT precisa pensar se faz sentido disputar a eleição na qual querem interditar uma parte do espectro político. Não se pode

tranquilamente participar dessa jogada. De agora até janeiro, temos de nos mobilizar para que eles entendam o seguinte: a intenção é realmente elevar a crise para este patamar?

Temos de fazer um esforço, sair da acomodação, para que a reação não congregue apenas os movimentos organizados. Se a gente colocar o pé na estrada, gastar sapato, explicar ao povo, conseguiremos atrair aqueles que celebraram o Lula durante as caravanas. Mas é necessário mudar o foco.

Não é tão fácil prender o Lula. Se eles alterarem a pena, esta decisão por si só permite que se apresentem os embargos. De qualquer forma, vamos registrar a candidatura do Lula em 15 de agosto. Pela lei eleitoral, um pedido de impugnação de uma candidatura só pode ser apresentado cinco dias depois do registro. Na melhor das hipóteses, a impugnação levaria um mês para ser confirmada, após todos os recursos. Estaremos no meio da campanha.

## CAPA

nunca prosperou, pois só interessa incriminar Lula. Em compensação, o doleiro Alberto Youssef ganhou notáveis vantagens por ter atendido prontamente aos propósitos dos procuradores.

**D**iz Pedro Serrano, professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo: “Apesar de não ser possível afirmar com total certeza o resultado do julgamento, a celeridade dos desembargadores do Tribunal Regional Federal, sem paralelos na história, revela a intenção não de cumprir com o dever de prover justiça, mas de influir no processo eleitoral. É mais uma prova dos atos de exceção que se tornaram praxe no Brasil e que precisariam de uma intervenção das instâncias superiores, o STJ e o STF, para garantir o direito de Lula de disputar as eleições de 2018”.

É certo que Lula pode recorrer ao STF. Contudo, que esperar dos supremos togados se, como sabemos, são mais do que coniventes com o Estado de Exceção, são mesmo parceiros no golpe? O já citado Luigi Ferrajoli, muito admirado, aliás, por Serrano, que nele enxerga um mestre,



declara a ilegalidade do processo contra Lula, define Sergio Moro como “despótico inquisidor”, exhibe a conivência dos juízes e procuradores e clama contra “o desrespeito pelos princípios elementares do justo processo”.

*Repetita juvant*, diziam os antigos romanos, as repetições ajudam. Ao se referir

ao presidente do TRF-4, que disse em entrevista ao *Estadão* ser “tecnicamente e historicamente irrepreensível” a sentença da primeira instância, a condenar Lula sem prova a nove anos e meio de reclusão, escreve Ferrajoli com exclusividade para *CartaCapital*: “Semelhantes antecipações de juízo, segundo os códigos de processo de todos os países civilizados (...) são motivos óbvios e indiscutíveis de abstenção e afastamento do juiz”. E quanto à pretensão de apresentar a Lava Jato como a *Mani Pulite*, Ferrajoli fulmina: “Nenhuma das deformações perpetradas no Brasil pode ser encontrada no processo italiano: uma investigação que nenhum juiz ou membro do Ministério Público italiano que nela atuaram gostaria que fosse identificada com a brasileira”.

Sentença definitiva do jurista italiano: no Brasil não existem garantias do devido processo legal. De todo modo, não se cala o tonitruante Darth Vader do STF, Gilmar Mendes. Na sua qualidade de atual presidente do STE avisa: quer Lula, quer Bolsonaro já estão em campanha antes do tempo, de sorte que esta antecipação deverá ser levada em conta. Para ser punida

## QUANTA PRESSA, SENHORES INQUISIDORES...

**N**a terça-feira 12, Leandro Paulsen concluiu o seu voto e agendou o julgamento da apelação de Lula para 24 de janeiro. O despacho foi dado em tempo recorde: seis dias úteis, 11 dias corridos. Uma verdadeira façanha, ao se levar em conta que o relator Gebran Neto levou 36 dias úteis para concluir a sua análise e o processo na segunda instância acumula 1.341 páginas. Na primeira fase, ele já havia reunido mais de 70 mil páginas. Paulsen, o revisor da 8ª Turma, não costuma ser tão célere em suas deliberações. Em 2015, o desembargador levou 76 dias para marcar a data da sessão que analisaria um

recurso apresentado pelo doleiro Alberto Youssef e outros seis réus. Em 23 novembro desse mesmo ano, concluiu a tarefa 56 dias após o relator apresentar seu voto em uma apelação da doleira Nelma Kodama e outros oito acusados. São apenas alguns exemplos.

A celeridade é um mau preságio para a defesa, por indicar que Paulsen provavelmente se fiou no voto do relator. Gebran Neto costuma referendar a maior parte das decisões de Moro, antigo colega da pós-graduação na Universidade Federal do Paraná e um “culto e perspicaz” amigo, como confidenciou em um livro publicado em 2008. Até por ser o revisor, Paulsen costumava

abrir as raras divergências manifestadas na 8ª Turma.

Na verdade, o processo de Lula tem corrido com surpreendente celeridade no TRF-4 desde o início. Entre a condenação e o início da tramitação do recurso na segunda instância passaram-se apenas 42 dias, enquanto as demais apelações da Lava Jato demoram, em média, cerca de três meses. Em apenas sete horas, outro recorde, Gebran Neto intimou a defesa a apresentar as razões do recurso. O documento, com 491 páginas, foi entregue em 12 de setembro de 2017, às 21h02. No dia seguinte, às 11h46, o relator já havia despachado, solicitando uma manifestação do

Ministério Público Federal. O parecer dos procuradores foi entregue em 6 de outubro, às 11h20. Em 27 minutos, o processo voltou para Gebran Neto.

Na Corte, ninguém dorme no ponto. Paulsen solicitou uma data para o julgamento em 12 de dezembro, às 15h48. Em menos de duas horas, a Secretaria da 8ª Turma agendou a sessão para 24 de janeiro, exatamente um ano após a primeira-dama Marisa Letícia sofrer um AVC, que viria a lhe tirar a vida alguns dias após. Trata-se do primeiro julgamento agendado no TRF-4 para 2018, depois do recesso oficial, entre 20 de dezembro e 6 de janeiro, e o informal, que se estende até 20 de janeiro. - RM

CARLOS HUMBERTO/STF, HEULER ANDREY/AFP E JOKA MADRUGA/FUTURA PRESS



Palocci pretendia delatar uma trama global. Não foi ouvido

como convém, a julgar pela expressão e pelo tom do infatigável ministro.

A empáfia, a hipocrisia e a prepotência dos quadrilheiros se esbaldam diante da ausência de reação popular. O Brasil vive aparentemente dias normais, e a chamada classe média, até franjas da população espezinhada, acredita na Globo, nos jornais e no resto da mídia nativa quando desinformam. O País, propalam, está a se recuperar, quando de fato está em plena demolição. Deste ponto de vista, as responsabilidades do PT, e de quantos insistem em se declarar de esquerda, são transparentes.

É do conhecimento até do mundo mineral que o povo brasileiro não saiu do limbo precipitado por três séculos e meio de escravidão, cuja cultura a Abolição não extinguiu, como escrevia Joaquim Nabuco mais de cem anos atrás. Certo é que, neste período, nunca enfrentamos momentos tão sombrios, de retorno ao passado remoto. Em qual país do mundo dito civilizado o povo humilhado e ofendido, inclusive por reformas trabalhistas medievais, não reage? Em Honduras, vitimado há oito anos por um golpe similar ao de 2016, o povo está hoje nas ruas a desafiar a violência da repressão, armada para matar.

É doloroso ter de reconhecer que o PT, os sindicatos e a pretensa esquerda não

chegaram ao povo, não souberam levá-lo pela mão à consciência da cidadania e do monstruoso desequilíbrio social, que agora se acentua em um dos países mais desiguais do mundo. Antes da reeleição de Dilma Rousseff, quando a manobra golpista se desenhou com total nitidez à sombra da Lava Jato, o PT portou-se como um bicho acuado, e assim continuou depois do impeachment, tíbio e inseguro diante do golpe.

O próprio Lula, com quem manteve há 40 anos uma amizade inoxidável, cometeu enganos graves que *CartaCapital* não deixou de verberar. Tenho a granítica certeza de que tivesse assumido a chefia da Casa Civil na hora da formação do novo governo, não haveria *impeachment*. Também não se daria se, no primeiro semestre de 2015, Lula partisse com o mesmo discurso para as caravanas que realiza hoje, na clara visão dos propósitos do golpe em marcha. Ainda haveria tempo, sem contar com a covardia crônica dos quadrilheiros a serviço da casa-grande. Massa nas ruas, mesmo pacífica, põe medo. Naquela situação, teria precedido as manifestações dos beócios de camisetinha canarinho e dos painéis do alto dos espigões. Lula disse que perdoa os protagonistas daqueles dias porque sabe que muitos deles hoje lhe dariam seu voto.

Convém acentuar agora a validade do esforço do ex-presidente, por mais tardio, e a qualidade do seu discurso, ao perceber a impossibilidade da conciliação e de qualquer entendimento entre Capital e Trabalho e ao anunciar aquele que seria seu programa de governo, com ênfase na taxação dos ricos. Desassombrado desafio do grande líder popular brasileiro, impavidamente alheio à perspectiva da condenação iminente.

## LULA RESISTE E PROMETE UM GOVERNO CAPAZ DE ENFRENTAR A CASA-GRANDE



Moro surge em cena para uma palestra. Mais uma surtida ilegal

Lula foi o melhor presidente da chamada redemocratização, de longe, muito de longe. Neste instante, promete, porém, ir muito além para ser o reformador que enfrenta a casa-grande de peito aberto, e desde já parte para a luta. A condenação do ex-presidente ao torná-lo inelegível deságua na ilegalidade do pleito. Resta, porém, a dúvida: haverá eleições? Os quadrilheiros engolfam-se na busca vã de um candidato potável, enquanto Lula engorda seu favoritismo para enfrentar Bolsonaro, medalha de prata nas pesquisas, muito afastado, entretanto, do inevitável vencedor.

Há tempo, a dúvida paira a inquietar quem raciocina com os dados da realidade. Os golpistas conseguiram alcançar todos os seus intentos na demolição do Brasil e com a condenação de Lula dão o primeiro passo na direção do golpe dentro do golpe. Que serão capazes de excogitar quando o candidato sustentado pelo ex-presidente está bem à frente na corrida presidencial? Sabe-se que um “Lulinha” conta de saída com 30% dos votos, perspectiva aterradoramente para as quadrilhas enraizadas no poder. Das duas, uma: ou produzem mais uma exceção ao legalizar qualquer trama destinada a liquidar sem o mais tênue risco, ou deixam as eleições inexoravelmente para lá. •

